

REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE O CAMPESINATO NA PERSPECTIVA CRÍTICA DO SEU DEBATE NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Guilherme Matos de Oliveira

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
ggui995@gmail.com

INTRODUÇÃO

A ciência geográfica vislumbra, num entendimento crítico do processo social e histórico da produção do espaço, construir reflexões sobre a relação dialética entre a sociedade e a natureza mediada pelo trabalho, este que em meio ao modo de produção vigente perde sua premissa ontológica quando se torna assalariado. Nesse sentido, este texto objetiva elucidar e compreender as análises delineadas teoricamente sobre o conceito de campesinato dentro das contradições do sistema capitalista – este que, com seus “tentáculos”, busca se hegemonizar em todos os rincões do contexto agrário – e dos rebatimentos deste debate na perspectiva de sua leitura crítica no pensamento geográfico.

Silva (2001) coloca que as inúmeras discussões que buscam compreender a produção do espaço geográfico vem de tempos mais antigos. Em cada época, foi-se discutindo sobre o mesmo de acordo com os pensamentos que norteavam aqueles que buscavam apreendê-lo, a partir de diversas concepções teóricas. Quando se tratava de Geografia, simultaneamente, buscava-se conhecer e entender o espaço geográfico, mesmo quando este não era, ainda, objeto central do pensamento geográfico. Em um primeiro momento, a leitura predominante na Geografia se pautava em uma visão positivista, que privilegiava o objetivado no espaço.

Posteriormente, as interpretações sobre o espaço passaram a priorizar a leitura fragmentada sobre o mesmo, em que se compreendia a existência de recortes espaciais para cada geografia, seja no âmbito físico, humano, econômico, político ou social. Os debates na ciência geográfica pautavam-se, então, com um sentido predominantemente estático deste espaço, se metamorfoseando em múltiplas trincheiras analíticas, cada uma com sua concepção isolada de Geografia (SILVA, 2001, p. 10).

Mais recentemente, segundo a autora supracitada, surge por meio da Geografia Crítica uma concepção que se contrapunha a leitura do aparente que predominava nos estudos da ciência geográfica, aguçando o entendimento sobre o mundo na sua essência, naquilo que se revelava por trás daquilo que se era posto linearmente. Para se chegar a essa concepção, foi-se necessário compreender, pelas diversas transformações geridas pela sociedade, que o espaço é materializado pelo movimento das relações humanas, concebendo-o como produto social e histórico. Nessa dimensão, a sociedade foi-se

comprometendo a resistir e recriar suas relações, ao passo que o mundo vai sendo produzido e reproduzido pelas ações articuladas no modo de produção capitalista, que generaliza as contradições produzidas socialmente.

Em meio a esse contexto, o campo vai apresentar sua particularidade histórica e social na produção do espaço geográfico a partir das relações tecidas entre os sujeitos ali existentes, num processo que reproduz as formas de vida e de trabalho socialmente estabelecidas, e que vem configurando suas trincheiras até os dias de hoje, sendo que, partindo desta realidade, a compreensão sobre o espaço camponês é sistematizada por meio do debate teórico na Geografia Agrária.

Motta e Zarth (2008) colocam que, diante de uma visão linear e evolutiva dos processos históricos, as formas de vida social vão sendo pensadas em uma sucessão temporal, em que cada etapa consecutiva são colocados em evidência seus principais protagonistas, ou seja, os sujeitos diretos das contradições principais, a exemplo do patrão e do assalariado no contexto urbano-industrial.

De acordo a essa concepção, segundo os autores, o campesinato foi sempre visto como um “resíduo” e, na realidade particular brasileira, em meio a esta concepção se acrescenta outra, a do “atraso”, pois tendo como modelo as formas europeias do campesinato, não se reconhece a presença histórica deste no país. A leitura predominante sobre a sociedade brasileira era pela relação contraditória entre senhor/escravo e, posteriormente, capital/trabalho. Contrapondo-se a tal análise, os autores ressaltam que:

Ora, nos atuais embates no campo de construção de projetos concorrentes de reordenação social, a condição camponesa vem sendo socialmente reconhecida como uma forma eficaz e legítima de se apropriar de recursos produtivos. (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 7).

Quando se propõe estudar a realidade do espaço agrário, é preciso que se evidencie como isso vai se estabelecendo em meio a toda uma estrutura econômica de mercado, a qual os sujeitos camponeses se submetem e se reproduzem, dentro da lógica de reprodução ampliada do capital. Essa forma de extração da mais-valia e da renda da terra, dentro dos espaços de reprodução camponesa, é fruto de uma divisão entre classes dentro do atual modo de produção, cujo interesses são visivelmente antagônicos.

As diversas discussões que são postas quanto à realidade camponesa vão para além da análise quantitativa de dados indicadores e informações coletadas em uma pesquisa, e que superam uma mera descrição desses espaços, fazendo com que se compreenda os sujeitos que estão presentes no campo e de suas perspectivas diante das relações que ocorrem nesses espaços. É preciso assumir, frente a essas discussões, um entendimento social, político e histórico dos camponeses em meio a sua reprodução no campo.

Se faz necessário ancorar-se a uma discussão de como o espaço agrário vem sendo produzido dentro da lógica do modo de produção vigente, fazendo com que os sujeitos camponeses sejam colocados como centrais nesse processo. Estes estão presentes no espaço e carregam em sua história o vínculo com a terra. Por meio da manutenção desses espaços, como terra de trabalho, é que se pode garantir as condições materiais de sua reprodução social. Assim, a dimensão das lutas emerge nesse cenário, pelas ações dos camponeses em oposição aos ditames do capital e se plenificam mediante a um posicionamento político do camponês, por meio de sua realidade concreta, sendo esta basilar no entendimento do processo de produção do espaço agrário.

Destarte, a proposta desta discussão almeja uma construção teórica da presente problemática, contando com um arcabouço analítico composto por reflexões contemporâneas de pesquisadores sobre o assunto, seja das Ciências Sociais ou da Geografia, que aprofundam em uma gama de leituras relacionadas à temática central deste texto, ao passo que consideramos a contribuição destes autores a fim de evidenciar como o espaço agrário vem sendo reproduzido sob a lógica dominante, e de como isso reverbera na leitura da totalidade da produção do espaço e do pensamento geográfico na atualidade, reflexão esta que se sustenta na busca do entendimento sobre a reprodução camponesa, haja visto que nas suas trincheiras existem sujeitos que tem o campo como o seu *lócus* de vida e de trabalho socialmente produzido.

SOBRE O CONCEITO DE CAMPESINATO NO DEBATE TEÓRICO CONTEMPORÂNEO

Em meio às discussões e análises da Geografia pautadas num teor crítico, que tem seu surgimento na década de 1970 do século XX e se estende até os dias de hoje, muito se tem discutido quanto as contradições sociais que se estabelecem na produção do espaço geográfico, haja vista a incontabilidade do capital¹ e sua contínua expansão via mundialização da economia.

Nesse contexto, autores da Geografia e das Ciências Sociais afins, como Teodor Shanin, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Bernardo Mançano Fernandes, Horácio Martins de Carvalho, Marta Inez Medeiros Marques, Alexandrina Luz Conceição, Suzane Tosta Souza, Guiomar Inêz Germani, dentre outros, pautaram/pautam suas análises quanto a atualidade da conceito de camponês e a reprodução desses sujeitos (sobretudo do espaço agrário brasileiro), que em meio ao modo capitalista de produção buscam permanecer em seus territórios, *lócus* de reprodução da vida.

¹ Termo utilizado por Mészáros (2002).

Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo. (MARQUES, 2008, p. 58).

Guzmán e Molina (2005) defendem a tese de que o campesinato sempre existiu e de que sempre vai existir, abrangendo formas de cooperação e criando seu espaço dentro de um modo de vida próprio, no qual se produz e reproduz. O campesinato, para os autores, compreende uma classe social organizada no espaço, que se estabelece na relação do homem com a terra, se reproduzindo nela através do estabelecimento de um modo de vida que busca a sobrevivência e subsistência, tendo como fundamento principal a reprodução social da família. Desse modo, se opõe ao propósito tipicamente capitalista, fundamentado na extração de lucro através do uso da terra.

Para os autores acima citados, o camponês incorpora em sua consciência que o campo é o único lugar de efetivação da sua reprodução, vislumbrando uma relação que supera a necessidade de extração de lucro e renda da terra. Estas características são fundamentais para que os camponeses possuam formas de reprodução e de resistência na luta, esta última efetivada pela contribuição dos movimentos sociais, em contraposição à lógica ideológica dos grandes detentores da terra, em meio à modernização acentuada da agricultura, que tem seus reflexos nas contradições presentes no espaço.

Daí a tese do “fim do campesinato” não ter fundamentação na realidade concreta, servindo apenas de instrumento ideológico para justificar o modelo dominante de produção agrícola. Acrescido a isso, Gúzman e Molina (2005) destacam a importância do papel histórico do campesinato na busca da compreensão do conceito:

Se ciências sociais agrárias – em particular na academia – são utilizadas para justificar os mecanismos de exploração e acumulação do capital, também apresentam os fundamentos e as contradições da matriz teórica do agronegócio. Contra o discurso ideológico da negação do campesinato para justificar as facilidades de acumulação do capital, a História é o fundamento teórico do texto que o leitor tem em mãos. (GÚZMAN; MOLINA, 2005, p. 9-10).

Souza (2009) coloca que as inúmeras formas de reprodução camponesa levam-nos a compreender a atualidade da luta de classes no campo, que se expressa nos interesses opostos das classes sociais. Pela lógica destrutiva do capital, que promove suas investidas corrompedoras no campo, é que se pode entender as contradições presentes nas relações de trabalho e os mecanismos de transformação e de reestruturação da reprodução ampliada do capital, que volta e meia se depara frente a crises estruturais, sendo a venda da força de trabalho a única forma constituída de reprodução da existência de milhares de trabalhadores sem terra. Em contrapartida, esse processo revela seu avesso contraditório: a

luta pelo trabalho e a luta pela terra como condição única do acesso ao trabalho e ao produto do trabalho.

[...] essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses [...]. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. (MARTINS, 1995, p. 22).

Partindo da dimensão do conflito de classes no território é que se pode compreender as intervenções do capital no campo, as relações de produção capitalista e suas configurações atuais, baseadas na incalculável precarização do trabalho *versus* a incessante luta dos camponeses que buscam, na terra, a possibilidade de obter o produto, do trabalho, mesmo que envoltos à lógica do capital, mas que se diferencia deste.

Assim, pode-se compreender a luta dos trabalhadores rurais e urbanos pela terra, como possibilidade concreta de realização social, e a luta dos camponeses que permanecem no campo com uma série de dificuldades de se reproduzirem. Estes não querem sair do campo, porque sabem que as cidades não mais lhes oferecem oportunidades de se reproduzir dignamente. (SOUZA, 2009, p. 18).

Marques (2008) considera o campesinato não somente um setor econômico, uma forma de organização produtiva ou um mero modo de vida. Pela realidade do campo brasileiro, entende que enquanto prevalecer no espaço agrário as marcas extremas da desigualdade social e o latifundiário se manter no meio político e econômico dominante, associado ou não ao capital industrial e financeiro, o campesinato manterá seu conceito-chave para desvendar os processos contraditórios que ocorrem neste espaço.

Segundo a concepção teórica de Shanin (1979), o campesinato é uma classe social e um “mundo diferente”, ao mesmo tempo, apresentando relações sociais distintas, ou seja, concebe seu modo de vida em si e para si, na luta de classes. Para ele, o campesinato é uma classe social com baixa “classicidade”, inserindo-se na sociedade capitalista de forma subordinada e se superando em momentos de crise econômica. Nesse sentido, cabe reportar a leitura de Thompson (1987) quanto o fazer-se classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 10).

Dessa maneira, os camponeses compõem uma classe social com as particularidades do seu modo de vida. Essa classe busca, pela via da luta, o direito ao acesso à terra para o seu trabalho e sua sobrevivência, bem como outras necessidades inerentes a si mesma, como saúde e educação – esta última exclusivamente voltada aos pressupostos da condição camponesa.

Entretanto, como afirma Bombardi (2007), na interpretação do campesinato não tem sido levada em conta a totalidade das discussões no âmbito da Geografia Agrária, uma vez que no interior do marxismo há posturas antagônicas quanto o conceito de camponês dentro da lógica de desenvolvimento do capitalismo no campo. Concernente à esta ponderação, Damasceno (1993) defende que:

[...] os fundamentos da consciência do operário e do camponês são diferentes, porque ambos vivem na presença do capital processos sociais diferentes. Em consequência disso esperar que o campesinato atue historicamente de forma idêntica ao operariado é uma expectativa absurda e idealista, pois o camponês é socialmente outra pessoa. (DAMASCENO, 1993, p. 67).

Conforme Oliveira (2001) o campo tem sido lugar da reprodução de relações capitalistas e não-capitalistas de produção e de trabalho. O processo pelo qual o capitalismo se expande no país vai derivar, necessariamente, pelo domínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades, nos latifúndios e, ao mesmo tempo, pela permanência do trabalho familiar camponês, seja em grandes propriedades ou pequenas unidades produtivas. Esse processo é uma “moeda de dupla face”, em que no tempo que se desenvolve um lado dela, seu avesso desenvolve igualmente e ao mesmo tempo. Ou seja, a expansão do trabalho assalariado desencadeia a expansão do trabalho familiar.

Isso não ocorre pelo trabalho familiar ser feito de maneira funcional ou complementando o assalariado, mas pelas contradições internas do capital que os geram. Esse processo se configura de modo desigual, territorial e temporalmente. A análise quanto a esta questão tem levado à superação ou regressão de um e de outro, em uma região determinada do país e o oposto em outras. Isso ocorre quando se analisa as séries históricas. Em um determinado momento histórico, uma relação de trabalho pode regredir e, em um momento histórico posterior, tende a se expandir. Isto significa que não se pode entender a expropriação da terra pelo modo de produção capitalista pelo produto causa e efeito, mas de sua relação desigual e combinada (OLIVEIRA, 2001, p. 25), ao passo que:

Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela fração do

território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa onde ela se tornou capitalista. (OLIVEIRA, 2001, p. 26).

Em estudos mais recentes o mesmo autor reafirma sua análise quanto a importância do estudo sobre o campesinato, colocando que:

[...] um número cada vez maior de estudiosos da agricultura tem buscado a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Para o autor, tem-se dessa maneira, na lógica capitalista, a geração de relações de produção capitalistas ou não, combinadas ou não, decorrentes da contradição inerente a este 'desenvolvimento'. Daí a necessidade de que o campesinato deve sim ser entendido, não fora, mas dentro da lógica capitalista. E ainda defende que:

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Para Moura (1986), com o surgimento da modernização atrelada à inserção do capitalismo no campo, esta se tornou responsável pelos rearranjos de grandes espaços. Essa atividade não se limitava à lógica de compra e venda da força de trabalho, mas fez com que se expropriassem os meios de produção de parte dos camponeses. Mediante essa ação, os sujeitos propõem a resistência e a recriar-se, atrelado aos movimentos sociais, fazendo frente às intervenções dos grandes latifundiários que detêm o controle do sistema produtivo, desencadeando na luta dos camponeses pela sua permanência ou pela posse da terra, ainda que expostos à vulnerabilidade do sistema capitalista, que não os dissolverão. Assim, conclui-se que os camponeses não lutam por uma sociedade nova, mas se reinventam em meio as contradições existentes na produção capitalista, conseguindo manter uma parcela de terra.

A agricultura, ao mesmo tempo em que recebe estímulos à capitalização, enfrenta permanentemente a questão de produzir alimentos a custo mais baixo, missão desempenhada, ainda que não com exclusividade, pela produção camponesa. Este papel conferido ao camponês e à sua família tem íntima relação com a manutenção de relações não especificamente capitalistas na agricultura, concretizada no trabalho camponês, seja na sua

parcela de terra, no interior de um grande empreendimento, ou mesmo em terras ainda livres (MOURA, 1986, p. 64).

Andrade (2000) afirma que a expansão capitalista de produção introduzida no campo, através do processo de modernização deste, potencializou as conquistas advindas dos avanços tecnológicos que suprissem, em suas ações, os interesses da classe dominante de apropriar-se da terra e da força de trabalho camponesa, adquirida pela exploração e precarização da classe camponesa.

Foram criadas superintendências de desenvolvimento regional, que estimularam a política de industrialização, de construção de obras de infraestrutura e de modernização da agricultura. Essa modernização teve sérias repercussões no setor agrícola, uma vez que provocou a valorização das terras, que por torná-las mais acessíveis tanto ao mercado de matérias primas como ao mercado consumidor, quer porque, estimulando o crescimento da capacidade de produção das indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, provocou a expansão da atividade agrícola, aguçando a sede de terras por parte das empresas (ANDRADE, 2000, p. 20-21).

Contudo, em meio à expansão do modo de produção capitalista no campo e do consequente processo de crise societal, o camponês também se recria no movimento das contradições, na luta para se reproduzir enquanto classe social pelo direito à terra, pelo trabalho na terra, por uma educação camponesa, pela soberania alimentar, entre outras demandas que se constituem enquanto estratégias cruciais à perpetuação da reprodução do campesinato no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos reportarmos em diversas e importantes contribuições analíticas sobre o conceito de campesinato, oriundas das Ciências Sociais e da Geografia, compreendemos que as mesmas se fazem necessárias ao entendimento do movimento histórico e dialético da produção do espaço geográfico sob o crivo do pensamento crítico, e da atualidade das suas expressões no contexto do campo; este que vem sendo reconfigurado diante das adversidades do capital que tem investido suas “cartas” na sua expansão nos territórios camponeses pelo agronegócio em vista da acumulação enquanto fundamento de sua manutenção, e se opondo/negando os sujeitos que tem a terra como condição de reprodução da vida e do trabalho que é produzido socialmente.

Nesse entendimento, pontuamos que não se faz plausível uma reflexão periodizada e isolada, na ciência geográfica, dos processos configurados nos espaços camponeses, uma vez que ao nos ancorarmos nesta premissa perdemos o movimento de unidade/particularidade das contradições e caímos na simplificação da leitura fragmentada, esta tão difundida hodiernamente pela leitura ‘escamoteadora’ da pós-modernidade, tanto

dentro quanto fora do debate científico, e que nega a materialidade conflitual das relações sociais no capitalismo. Esta problemática que tem permitido algumas leituras, acadêmicas ou não, negarem o conceito de campesinato e, conseqüentemente, seus sujeitos históricos na produção social dos seus espaços.

Torna-se então, necessário e urgente, trilhar na contramão desta realidade em vista da superação de um debate que gira em torno de si mesmo e imputa o avanço da reflexão teórica, na perspectiva de fomentarmos/tensionarmos inúmeras discussões, seja tanto no campo do pensamento geográfico quanto conjuntamente às demais Ciências Sociais, na construção de uma leitura condizente às situações vivenciadas e produzidas no cotidiano do campesinato – para reafirmá-lo enquanto conceito analítico – ao passo de evidenciar as lutas sociais que nele são travadas em vista da reprodução dos sujeitos do campo nos seus espaços, seja na permanência daqueles que já possuem vínculos com a terra, ou na resistência daqueles que, mesmo ainda não possuindo a terra, tem no horizonte a esperança de dias melhores para si e para os seus.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 2000.

BOMBARDI, Larissa Mies. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DAMASCENO, Maria Nobre. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: TRERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (coords.) **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico).

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. . 3. ed. Tradução: Ênio Guterres; Horácio Martins de Carvalho. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular; Brasília: Via Campesina do Brasil, 2005.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Ano 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história** (Vol 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Suzane Tosta. Luta pela terra e reprodução camponesa no Sudoeste da Bahia. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

THOMPSON, Eric P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. v. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.